

Omissões continuam sem solução

A Comissão de Redação da Constituinte se reúne hoje, a partir das 09h00, já com um problema à vista: definir como resolver os casos de



omissão e contradição do texto votado no segundo turno, muitos deles envolvendo questão de mérito, como a definição de quais são os bens do Distrito Federal e o pagamento do Imposto de Renda sobre os proventos do presidente e vice-presidente da República e ministros de Estado. Todas as lideranças concordam, no entanto, que qualquer decisão terá que ser por consenso e depois ser submetida ao plenário.

Apesar de divergir de algumas das sugestões do relator Bernardo Cabral (PMDB/AM) para sanar as omissões, o senador Jarbas Passarinho (PDS/PA), um dos copresidentes da Comissão, diz que a questão poderá ser resolvida por todos os líderes. Ele lembra que nas votações do segundo turno fo-

ram votadas muitas matérias novas, resultado de reunião de emendas, enquanto o regimento estabelecia que só poderiam ser apreciadas emendas supressivas ou de correção de redação. O senador prevê, contudo, que algumas dessas questões poderão causar problemas.

Na reunião de hoje, Jarbas Passarinho vai propor que as alterações de mérito no texto votado sejam submetidas ao plenário da Constituinte no próximo dia 22. Ele sugere que estas matérias sejam votadas em bloco e à parte do texto, depois que houver um consenso entre as lideranças. O líder do PC do B, deputado Haroldo Lima (BA), concorda com o senador. Para ele vai prevalecer o mesmo critério do segundo turno: as lideranças chegam a um entendimento e depois submetem a questão ao plenário.

Princípios

Os deputados Brandão Monteiro (PDT/RJ) e Sólton Borges dos Reis (PTB/SP) também concordam com este ponto de vista. Brandão Monteiro acha que não haverá problema para resolver, por exemplo, a omissão da obrigatoriedade do

pagamento do Imposto de Renda para o presidente, vice e ministros de Estado, "porque este princípio já está no texto para todos". Sólton acha que poderá haver problemas de contradição entre dois dispositivos que estabelecem os critérios para o desmembramento de Estados. Um diz que o Congresso ouvirá a Assembléia Legislativa do Estado objeto da separação e outro que prevê um plebiscito exclusivamente na área que está interessada em separar-se. O senador Jarbas Passarinho vai propor uma junção dos dois dispositivos e se houver uma divergência, ou seja, se o plebiscito decidir pela separação e a Assembléia Legislativa for contra, caberá ao Congresso Nacional decidir pela maioria absoluta de seus membros.

Surpreendentemente, até o líder José Lourenço (PFL/BA), mesmo reconhecendo que haverá problemas — como na definição de quais são os bens do DF, que ele não concorda que seja os mesmos estabelecidos para os Estados —, acredita que tudo poderá ser resolvido por acordo entre as lideranças.

Sarney vai jurar cumprir a Carta

O presidente José Sarney e o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Oscar Corrêa Filho, na qualidade de chefes dos poderes Executivo e Judiciário, prestarão compromisso de manter, defender e cumprir a nova Constituição na sessão solene de promulgação, marcada para o dia 5 de outubro, às 15h30, e que será assistida por duas mil pessoas. O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, decide esta semana se haverá também uma comemoração popu-

lar, com um concerto na Esplanada dos Ministérios.

A participação de Sarney na solenidade está prevista no artigo primeiro das Disposições Transitórias. O presidente, ao assumir, jurou perante a Constituição de 1967, mas deverá agora, juntamente com o chefe do Judiciário, prestar compromisso à Nova Carta.

A realização de uma grande festa popular para comemorar a promulgação é defendida junto a Ulysses pelo secretário-geral da

Constituinte, deputado Marcelo Cordeiro, e pelo presidente do Senado Federal, Humberto Lucena. A idéia é de fazer uma festa grandiosa para cem mil pessoas, no espaço em frente ao Congresso Nacional, marcada por um concerto sinfônico ou apresentação de artistas de renome. Funcionários da Mesa, porém, vêm desaconselhando Ulysses, lembrando o fracasso de ato público semelhante realizado na solenidade de abertura da Assembléia.



Filólogo Celso Cunha participa da revisão da nova Constituição

Texto tem novos revisores

O deputado Ulysses Guimarães decidiu ontem aumentar a composição da Comissão de Redação da Constituinte e pediu ao líder do PFL, deputado José Lourenço, que indicasse dois membros de sua bancada. Foram escolhidos os deputados José Lins (PFL-CE) e Paes Landim (PFL-PI), dois integrantes do Centrão. A decisão de Ulysses atendeu a uma queixa do PFL e do PDS, que temiam as influências da esquerda na Comissão, que é composta por representantes de todos os partidos, além do filólogo Celso Cunha e do jurista José Afonso da Silva.

O líder do PC do B, Haroldo Lima, achou "estranha" a inclusão de mais dois nomes do PFL na comissão. "A esquerda já era minori-

tária. Em uma lista de 24 nomes, somente seis podem ser considerados assim", afirma. A decisão de Ulysses poderá causar precedentes, já que a bancada do PSDB, a terceira maior da Constituinte, tem apenas dois nomes na Comissão: os senadores Fernando Henrique Cardoso e Afonso Arinos.

Na entrevista que deu ontem, o deputado Ulysses Guimarães disse que a Comissão trabalhará em tempo integral hoje e amanhã. Afirmando inclusive que vai mandar servir o almoço na própria sala onde estiver reunida a Comissão. Quanto aos problemas que poderão surgir em matérias que envolva o mérito, garantiu que a Comissão terá condições de captar o espírito legislativo.